



CONGRESSO INTERNACIONAL
DIGNIDADE HUMANA EM TEMPOS DE PANDEMIA:
DIREITO E DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

DE 09 A 12 DE MARÇO DE 2022 - MODALIDADE HÍBRIDA

<p>REALIZAÇÃO:</p> 	<p>APOIO:</p> 	<p>COLABORADORES:</p> 
---	--	---

EDITAL Nº 01/2021

CHAMADA PÚBLICA - SUBMISSÃO DE TRABALHOS

A Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) sediará, nos dias 09 a 12/03/2022 o Seminário Internacional “Dignidade humana em tempos de pandemia: Direito e democracia no Brasil contemporâneo” com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)¹. O evento contará com a parceria das seguintes instituições: Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Universidad de Sevilla, Universidad Carlos III de Madrid e, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Parte do evento contará com a apresentação de trabalhos em Grupos de Trabalho (GT), a serem escolhidos pelos pesquisadores (Anexo 1). Este edital contém as regras para a submissão dos trabalhos, conforme transcritas a seguir.

A dinâmica de recebimento dos trabalhos envolverá uma primeira fase de recebimento de resumos expandidos e uma segunda fase de recebimento de artigos que integrarão o material bibliográfico do Congresso, na forma de anais do evento.

¹ EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA FAPESC Nº 34/2021 PROEVENTOS 2021/2022 - FASE I.

I – PRAZO PARA SUBMISSÃO

Os resumos expandidos serão recebidos até as 23h59min do dia **07/02/2022** por meio da plataforma *Even3*, com link disponibilizado no site do evento. www.dignidadehumanaedireito.com

Resultados dos resumos expandidos aprovados: **14/02/2022** (*site do evento*)

Não caberá recurso contra decisão da comissão avaliadora.

Os **artigos definitivos** devem ser submetidos na plataforma mencionada até **12/04/2022**. Somente serão recebidos artigos de trabalhos apresentados no evento.

II – REQUISITOS PARA OS AUTORES

Os trabalhos podem ter, no máximo, três autores. Trabalhos individuais serão aceitos somente por doutores.

No caso de trabalho submetido com mais de um autor, ao menos um deve possuir titulação a nível de Doutorado e, preferencialmente, compor Grupos de Pesquisa vinculados a Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Cada autor poderá submeter até dois trabalhos, considerando um a ser submetido nos GTs 1 a 4 programados para ocorrerem no dia 10/03/2022 e outro nos GTs 5 a 8 a ocorrerem em 11/03/2022.

Com a aprovação dos trabalhos para apresentação nos GTs, os autores expressamente renunciam aos direitos autorais, autorizando a publicação nos anais do evento, a serem lançados posteriormente, por editora contratada pelos organizadores.

III – REQUISITOS DO RESUMO EXPANDIDO

A primeira fase dos recebimentos dos trabalhos envolverá a submissão de resumo expandido inédito de acordo as diretrizes abaixo e seguindo o modelo anexo.

1. Os autores deverão enviar dois resumos: um IDENTIFICADO e outro NÃO IDENTIFICADO para fins de avaliação.
2. Os arquivos que forem enviados não poderão ser substituídos, o que exige dos autores cuidado e revisão na submissão do arquivo.
3. **Resumo expandido** deve conter:
 - a) apresentação do tema, objetivos, metodologia, resultados, conclusão e referências;
 - b) escrita coerente, clara e correta;

c) referências de qualidade próprias de trabalhos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

4. A estrutura do resumo expandido deve ser a seguinte:

- a) formato de arquivo de editor de textos;
- b) Papel em formato A4;
- c) Espaçamento entre linhas: 1,5 cm;
- d) Tamanho do texto: mínimo de 2 e máximo 5 laudas;
- e) Fonte: Times New Roman, tamanho 12 (corpo de texto, título e referências); tamanho 10 (notas de rodapé e citações em recuo);
- f) Margens: superior e esquerda, 3 cm, inferior e direita. 2 cm;
- g) Alinhamento: justificado;
- h) Primeira linha de cada parágrafo com espaçamento de 1,5 cm em relação à margem esquerda.
- i) Citações em formato autor/data: (AUTOR, ano, p.);
- j) As citações diretas de até três linhas deverão ser feitas entre aspas e no mesmo parágrafo em que se inserem, e, excedendo esse número, a citação deve ser em recuo de 4 cm a partir da margem.
- l) Autor(a) e coautores(as), se for o caso, com identificação de vínculo institucional, titulação e endereço eletrônico, em nota de rodapé;
- m) No mínimo 2 (duas) e no máximo 5 (cinco) páginas cada resumo.

IV – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os requisitos acima são exigências mínimas para processamento do resumo expandido. A partir do atendimento dessas exigências, os avaliadores indicarão uma nota para cada resumo expandido de 0 a 10 obedecendo os seguintes critérios:

1. Aderência ao Grupo de Trabalho escolhido.
2. Observância das regras de formatação definitas neste edital.
3. Referencial teórico adequado à proposta do futuro artigo.
4. Referências atuais, relevantes e de qualidade.
5. Pesquisa possui complexidade e profundidade no nível *Stricto Sensu*.
6. Estrutura e linguagem claras e gramaticalmente corretas.

Somente serão selecionados para a apresentação e debate na programação do evento os 15 resumos expandidos com melhor pontuação em cada Grupo de Trabalho.

V – APRESENTAÇÃO

As apresentações poderão ocorrer de forma virtual ou presencial. Os procedimentos das apresentações serão definidos pelos coordenadores de cada GT. A apresentação somente poderá ser realizada pelo(s) autor(es) do artigo. Somente o(s) apresentador(es) receberá(ão) certificado de apresentação.

VI – REQUISITOS DO ARTIGO

Seminário “Dignidade humana em tempos de pandemia: Direito e democracia no Brasil contemporâneo”

Após a apresentação do trabalho no evento, os autores têm 30 dias para submeter um artigo contendo os seguintes requisitos:

1. Os trabalhos científicos devem ser inéditos e respeitar as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), contendo no mínimo 12 e no máximo 15 páginas, em editor de textos.

2. Deverão conter em sua estrutura:

a) **título** (que expresse o conteúdo do artigo de forma breve e objetiva) na língua do artigo e em inglês (para artigos em inglês a segunda língua deve ser o português);

b) **resumo** (contendo objetivo do artigo, metodologia e resultados) e palavras-chave, ambos na língua do artigo e em inglês (para artigos em inglês a segunda língua deve ser o português);

c) **introdução** (contendo contextualização do assunto, delimitação do tema, objetivo, metodologia e estrutura do artigo);

d) **desenvolvimento** (realizando análise científica sobre o assunto proposto de forma coerente e lógica);

e) **considerações finais ou conclusão** contendo as conclusões ou, se a questão não se considera resolvida, as considerações que foram possíveis de extrair na pesquisa;

f) **referências das obras utilizadas**, que devem ser suficientes, adequadas a pesquisas no nível de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e atualizadas. A lista de referências deve constar ao final do texto em ordem alfabética.

3. Quanto à formatação dos trabalhos:

a) Tamanho da página: A4 (21 cm x 29,7 cm).

b) Margens: superior e esquerda de 3 cm, inferior e direita de 2 cm.

c) Tipo de Letra: Arial.

d) Título do artigo em caixa baixa, fonte Arial, tamanho 14, em negrito (bold).

e) Títulos em inglês, logo abaixo do título do artigo, em caixa baixa, fonte Arial, tamanho 12, em itálico.

f) Título dos tópicos alinhados à esquerda: fonte Arial, corpo 12, caixa alta, negrito, utilizando numeração sequencial (exemplo: 1, 2, 2.1, 2.2, 3, 4...). A Introdução e as Considerações Finais ou Conclusão devem ser numeradas.

g) Corpo do texto: fonte Arial, corpo 12, alinhamento justificado, recuo de parágrafo de 1,25, espaçamento entrelinhas 1,5;

h) Sistema de citações: Todas as referências no corpo do texto devem adotar o sistema autor-data da ABNT. Ex. Conforme Oliveira, Silva e Pereira (2021, p. 154) ou (OLIVEIRA; SILVA; PEREIRA, 2021, p. 154).

j) Evitar notas de rodapé para fazer comentários, prestar esclarecimentos, tecer considerações e observações pessoais.

k) Quando for necessário utilizar notas de rodapé, elas devem ter fonte Arial, tamanho 10, espaçamento entre linhas 1, justificado;

l) As transcrições literais que ultrapassarem três linhas devem iniciar em novo parágrafo, com recuo de toda transcrição em 4 cm, sem aspas, fonte Arial,

tamanho 10, espaçamento entre linhas 1, espaçamento anterior de 9 pontos e espaçamento posterior de 14 pontos;

m) Palavras estrangeiras ou categorias em destaque devem ser grafadas em itálico, sem negrito, sem sublinha e sem aspas.

4. Os critérios de qualidade exigidos para os resumos também são exigidos para os artigos.

VII – PUBLICAÇÃO

Serão publicados nos anais do evento os trabalhos que forem efetivamente apresentados. Os textos que não atenderem aos padrões da língua culta e as normas estabelecidas poderão ser recusados para publicação. Para fins de publicação, é suficiente a apresentação de apenas um dos autores.

VIII - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Os resultados dos trabalhos aprovados, bem como, o processo de publicação dos anais serão divulgados na página do evento.

A Comissão organizadora do evento decidirá sobre as questões não previstas neste Edital.

Blumenau, 10 de dezembro de 2021.



Prof. Dr. Marcelino da Silva Meleu
Coordenador Geral do Evento

ANEXO I

GRUPOS DE TRABALHO

GT1 – Direitos Humanos, diversidade e solidariedade

Coordenadores:

Marcelino Meleu (FURB)

Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth (UNIJUÍ)

Raquel Fabiana Lopes Sparemberger (FMP, FURG, FURB)

Ementa:

Este Grupo de Trabalho tem por escopo desenvolver e fomentar o debate, bem como o intercâmbio e compartilhamento de saberes comprometidos com a promoção e defesa dos Direitos Humanos, considerando os entrelaçamentos de marcadores sociais como raça, etnia, classes sociais, gênero, sexualidade e suas implicações nos âmbitos econômico, social, laboral, jurídico, político e cultural, nos níveis local, nacional ou internacional, em diálogo com marcos teóricos e metodológicos desenvolvidos e voltados ao reconhecimento de grupos historicamente discriminados, com vistas a promoção do respeito à diversidade, à concretização do princípio da solidariedade e da dignidade humana, ao combate a necropolítica e todas as formas de violência (estatal e não estatal), que rompam com o ideal de Estado Democrático de Direito.

GT2 – Direito à Saúde e Propriedade Intelectual

Coordenadores:

Alejandro Knaesel Arrabal (FURB)

Aleteia Hummes Thaines (FACCAT)

Janaina Machado Sturza (UNIJUÍ)

Ementa:

O grupo acolherá estudos conexos aos seguintes temas: Desafios da indústria farmacêutica no campo da Propriedade Intelectual. Direito à saúde e sistema de patentes. Inovação tecnológica na saúde e propriedade intelectual. Judicialização de medicamentos e tecnologias de alto custo. Saúde, corporeidade, mercado e direitos fundamentais. Aspectos jurídicos sobre a gestão dos sistemas de saúde na contemporaneidade.

GT3 – Jurisdição e (novas) formas de tratamento de conflitos

Coordenadores:

Feliciano Alcides Dias (FURB)

Karinne Emanuela Goettems dos Santos (UPF)

Paulo Júnior Trindade dos Santos (UNOESC)

Ementa:

A jurisdição do século XXI procura superar os paradigmas que vieram a lhe instituir. Não se sustenta mais sobre seus tradicionais pilares, considerando os

Seminário “Dignidade humana em tempos de pandemia: Direito e democracia no Brasil contemporâneo”

sistemas clássicos de justiça. Assim, exigem-se novos modos de resolução de problemas, repensando seus paradigmas, tanto em sua estrutura quanto em sua função. Note-se que a jurisdição aspira superar o processo dispositivo e inquisitorial, a partir de modelos de processo colaborativo, democrático e justo, dimensionados em suas funções pela epistemologia constitucional. Portanto, o grupo de trabalho proposto tem como objetivo debater outros modos de resolução adequados de conflitos, exigindo novas respostas a partir da jurisdição.

GT4 – Novos conflitos ambientais e direitos fundamentais: catástrofes e mudanças climáticas

Coordenadores:

Kátia Raginini Scherer (FURB)

Nicolau Cardoso Neto (FURB)

Francielle Benini Agne Tybusch (UFSM)

Ementa:

A era do antropoceno apresenta ao direito do ambiente uma nova conflituosidade que exige um repensar entre os direitos fundamentais e temas como: Sustentabilidade Socioambiental; Políticas Públicas Ambientais; Direito Sanitário;

Neste contexto este Grupo de Trabalho tem por escopo investigar as interações entre direitos fundamentais, sustentabilidade socioambiental e políticas ambientais frente a esta ecocomplexidade. Igualmente pretende analisar a sustentabilidade socioambiental na perspectiva dos direitos ambiental e sanitário, os desastres e o déficit regulatório, a litigância climática, as políticas públicas ambientais, o direito urbanístico ambiental e o direito ambiental ecológico.

GT5 – Bioética, direitos fundamentais e políticas públicas

Coordenadores:

Helena Maria Zanetti de Azeredo Orselli (FURB)

Leonardo da Rocha de Souza (FURB)

Priscila Zeni de Sá (FURB)

Ementa:

Este grupo de pesquisa desenvolverá trabalhos teóricos ou aplicados que tratem dos seguintes temas, inclusive estabelecendo uma relação entre dois ou mais deles: Bioética, biodireito e direitos humanos. Direito e acesso à saúde. Início e fim da vida. Bioética clínica e social. Vulnerabilidade. Engenharia genética. Novas tecnologias. Sexualidade e gêneros. Doação, comércio e transplantes de tecidos, órgãos e partes do corpo humano. Pandemia. Direito dos animais e da natureza. Direitos fundamentais na hipermodernidade e na perspectiva constitucional. Mecanismos de proteção e defesa dos direitos fundamentais dentro e fora do Poder Judiciário. Direitos fundamentais como princípios ou regras. Direitos fundamentais e relações privadas. Transnacionalidade dos direitos fundamentais. Políticas públicas e discricionariedade administrativa. Limites orçamentários e políticas públicas. Controle do Poder Judiciário sobre

políticas públicas. Concretização de direitos por meio de políticas públicas. Governança e gestão pública na execução de políticas públicas. Cooperação/participação da iniciativa privada na execução de políticas públicas. Planejamento de políticas públicas.

GT6 – Pensamento Latino-americano: análise das relações de poder, direitos e desigualdades

Coordenadores:

Ivone Fernandes Morcilo Lixa (FURB)

Maria Aparecida Lucca Caovilla (UNOCHAPECÓ)

João Paulo Fernandes de Souza Allain Teixeira (UFPE)

Ementa:

Compreendendo-se a cultura jurídica como representações conceituais e técnicas operacionais idealizadas que norteiam o agir jurídico, elaboradas desde um processo histórico, político e ideológico de natureza normativa disciplinadora, a cultura jurídica latino-americana, por suas raízes e lógica fundacional colonizadora e eurocêntrica, edificou-se desde um processo de justaposição entre interesses dominantes, encobrendo, ou mesmo negando, o “Outro”, o “não europeu”, a face externa da Europa moderna. Do ponto de vista eurocêntrico “interno”, a América originária é considerada um Novo Mundo a ser Conquistado. Trata-se da tomada para si de um novo espaço a ser dominado pela violência e extermínio. Sob os auspícios da Europa colonizadora conquista-se o “Outro” através, também, da dominação cultural e, conseqüentemente, epistemológica. A Conquista foi, e é, um processo de natureza também jurídica, uma vez que implica em construir e legitimar uma estrutura sócio-política modelada hegemonicamente que culmina com a formação e consolidação dos Estados modernos constitucionais e ordens jurídicas burocratizadas. Problematizar criticamente a cultura jurídica brasileira contemporânea é, portanto, identificar e discutir os fundamentos históricos, políticos, ideológicos e epistemológicos elaborados desde uma lógica eurocêntrica colonizadora moderna que acabou por definir o que se tem hegemonicamente compreendido e reproduzido por Direito brasileiro. Desde tal perspectiva, o GT proposto tem como objetivo socializar reflexões de natureza acadêmica centradas nas temáticas: colonialidade e decolonialidade do saber e epistemologia jurídica latino-americana; resistência e crítica jurídica no marco da decolonialidade; pluralismo jurídico e decolonialidade latino-americana; direitos humanos; desigualdades e processos de resistência.

GT7 – Transdisciplinariedade, novas tecnologias e formação jurídica

Coordenadores:

Giselle Marie Krepsky (FURB)

Clóvis Reis (FURB)

Cleide Calgaro (UCS)

Ementa:

Neste GT serão discutidas questões referentes ao futuro das profissões jurídicas e os desafios do ensino; relação entre a academia e o poder judiciário; impacto

das tecnologias na formação docente e discente; metodologia de ensino jurídico; metodologia da pesquisa jurídica; educação superior no Direito; relações entre Direito, tecnologia e educação jurídica; produção do conhecimento em Direito; educação jurídica e transformação social; inteligência artificial e formação jurídica; políticas públicas para a educação jurídica.

GT8 – Democracia, constitucionalismo e poder

Coordenadores:

Leonel Severo Rocha (UNISINOS, URI)

Lenice Kelner (FURB)

Felipe Oswaldo Guerreiro Moreira (FURB)

Ementa:

Teorias da democracia. Participação e deliberação. Democracia e formação da opinião pública. Poder político. Poder econômico. Jurisdição constitucional e o papel do Tribunal Constitucional. Neoconstitucionalismo e pós-positivismo. Constitucionalismo e ativismo judicial. Políticas Constitucionais. Direitos Humanos. Poder e tipos de Estado e desenvolvimento de políticas públicas. Exercício do poder e dignidade da pessoa humana. Poder e controle social. Biopoder. Violência. Direitos sociais. Trabalho e desenvolvimento. Perspectivas constitucionais e democráticas do direito ao trabalho.

2. OBJETIVOS

3. METODOLOGIA

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5. CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS